



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 46ª reunião, realizada em 30 de junho de 2020

1 Em 30 de junho de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica de
2 Planos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes. Representantes do poder público estadual: Thiago
6 Figueiredo Santana, representante da SEMAD; Arnaldo Correia da Silva Filho,
7 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ivonice Maria
8 da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE). Representantes do
9 poder público municipal: Bruna de Souza Otoni, da Prefeitura de Araçuaí;
10 Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura de Itabirito; Antônio Carlos Vidal
11 Barra, da Prefeitura de Rio Pomba. Representantes dos usuários de recursos
12 hídricos: Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais
13 (Cemig); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de
14 Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura
15 e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Representantes da sociedade
16 civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Valter
17 Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
18 (Abes/MG); José Hermano Oliveira Franco, do Movimento Verde Paracatu
19 (Mover). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente Guilherme da Silva
20 Oliveira declarou aberta a 46ª reunião da Câmara Técnica de Planos. **2)**
21 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Thiago Figueiredo
22 Santana: “Só fazer um comunicado a todos, que vai se estender a todas as
23 Câmaras Técnicas do CERH. O IGAM, junto com a Secretaria Executiva dos
24 Colegiados, apurando a necessidade de um apoio efetivo na aplicação do
25 Regimento Interno, de esclarecimentos que se fazem de necessidade imediata
26 nas reuniões, designou duas servidoras que prestarão esse apoio às reuniões.
27 Na reunião de hoje, a Thayná Campos é a servidora que vai prestar esse apoio
28 à reunião na questão de aplicação do Regimento Interno. É bom até fazer um
29 esclarecimento nesse sentido porque a atuação dessas servidoras – no caso
30 hoje a Thayná e a outra servidora designada, que chama-se Letícia – se restringe
31 especificamente ao controle de aplicação do Regimento Interno, elas não são
32 designadas para prestar apoio jurídico a uma reunião. Caso se faça necessário,
33 dentro das discussões, haja necessidade de uma manifestação jurídica por parte
34 do IGAM, essa demanda será levada e formalizada como consulta à
35 Procuradoria. Só para segregar bem as atuações.” **3) EXAME DAS ATAS DA**
36 **44ª E 45ª REUNIÕES DA CTPLAN.** Aprovadas por unanimidade as atas da 44ª
37 e 45ª reuniões da Câmara Técnica de Planos, realizadas em 17 de dezembro de
38 2019 e 14 de fevereiro de 2020, respectivamente, com as seguintes correções:
39 – Na ata da 44ª reunião, linha 16, onde está escrito “Instituto de Ciências Agrárias

40 (ICA)", leia-se "Instituto de Geografia". – Na ata da 45ª reunião, linha 10, excluir
41 o nome Odorico Pereira de Araújo como conselheiro representante da
42 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Votos favoráveis
43 à aprovação da ata da 44ª reunião: SEMAD, Sede, Prefeitura de Araçuaí,
44 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Fiemg, Faemg, UFU e
45 Abes. Ausências: SEE e Mover. Votos favoráveis à aprovação da ata da 45ª
46 reunião: SEMAD, Sede, Prefeitura de Araçuaí, Faemg e UFU. Abstencões:
47 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Fiemg e Abes.
48 Ausências: SEE e Mover. Os conselheiros que se abstiveram de votar
49 justificaram as abstencões por não terem participado da reunião. Considerações
50 sobre a ata da 44ª reunião. Conselheiro Valter Vilela Cunha: "Senhor presidente,
51 eu gostaria só de deixar um comentário. Eu não vou pedir para fazer nada, mas
52 achei que a ata da nossa reunião de 17 de dezembro foi muito pobre. Essa
53 reunião teve discussões muito ricas, teve a participação dos representantes do
54 Fórum de Comitês e foi muito sucinta. Então eu acho que, quando tem um
55 assunto importante assim, a ata deveria fazer a transcrição de tudo que foi
56 conversado. Eu gostaria só de deixar isso registrado, mas acho que não é o
57 momento, porque eu não participei dessa reunião de fevereiro. Então só deixar
58 neste momento a minha posição, porque eu achei que a ata ficou muito pobre
59 para uma discussão que foi muito rica." Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
60 "Então fica a sugestão do Valter, a transcrição ser mais fidedigna à reunião. E a
61 mensagem da Bruna, da Prefeitura de Araçuaí, é a seguinte: 'Reforçando a fala
62 do Valter sobre a ata da reunião, que não abraçou as discussões da
63 remodelagem.' Então duas manifestações sobre a ata, que elas podem trazer
64 mais informações da reunião. Então fica registrado aqui pelo chat." **4) MINUTA**
65 **DE NORMA PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 4.1) Minuta de Deliberação**
66 **Normativa CERH sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de**
67 **Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais que**
68 **estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais.**
69 **Processo SEI nº 2240.01.0000975/2019-82. Apresentação: IGAM.** Após
70 apresentação do controle de legalidade que anulou a votação da norma realizada
71 na 45ª reunião, a Câmara Técnica de Planos aprovou por maioria, nesta 46ª
72 sessão, a Minuta de Deliberação Normativa CERH sobre a Modelagem
73 Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no
74 Estado de Minas Gerais que estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do
75 Estado de Minas Gerais, nos termos da proposta apresentada pela Faemg.
76 Transcrição das manifestações, encaminhamentos e votação. Conselheiro
77 Thiago Figueiredo Santana: "Primeiramente, fazer uma contextualização. Em
78 fevereiro, tivemos a reunião da CTPLAN, quando houve um processo de votação
79 da minuta proposta, em retorno de vista pedida pelo Instituto Guaicuy e a
80 Prefeitura de Araçuaí. A norma foi avaliada, houve alterações, foi definido o seu
81 anexo, aprovada e encaminhada à CTIL. Na última reunião da CTIL, o
82 conselheiro Gustavo Gazzinelli relatou fragilidades no processo de votação, a
83 matéria foi retirada de pauta e encaminhada à Procuradoria para uma análise

84 dos fatos ocorridos na última reunião da CTPLAN, de fevereiro. Nós contamos
85 aqui com a Valéria, que é nossa analista ambiental dentro da Procuradoria do
86 IGAM, e ela vai fazer uma apresentação, um relato sobre a análise, a nota
87 jurídica que foi emitida, que culminou no controle de legalidade do secretário
88 de Estado e reverteu a decisão da CTPLAN por encontrar um vício no processo.
89 E ele volta hoje à pauta no estado como era em fevereiro. Eu vou passar à
90 Valéria, ela vai fazer apresentação e contextualização da situação da nota
91 jurídica, para alinhar o entendimento com todos, e depois eu volto para discussão
92 da minuta em análise e deliberação.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Como o
93 Thiago já começou a contextualizar, na última reunião da CTPLAN, nós fizemos
94 a votação da minuta, e teve até alguns questionamentos, na hora da reunião,
95 referentes à substituição que foi feita. A Cesama estava lá na cadeira, é segundo
96 suplente da Fiemg, e por um motivo excepcional o representante da Cesama
97 precisou se ausentar, e o da Fiemg assumiu. Era até eu quem estava nessa
98 reunião, e o que foi colocado, pelo menos o que eu entendi – pode ser que eu
99 tenha entendido de uma maneira equivocada –, foi que a Fiemg, como titular,
100 poderia substituir a Cesama. E eu falei que poderia. Depois, quando chegou a
101 consulta para a Procuradoria, a questão do Odorico, aí é que a gente se atentou.
102 Resumindo, a consulta que veio para o Jurídico tinha dois questionamentos
103 específicos: se poderia ter ocorrido essa substituição entre as entidades que
104 compõem a mesma vaga, que compõem a mesma cadeira; e o outro
105 questionamento era se seria legítimo um representante que não foi indicado pela
106 entidade participar ativamente da reunião, exercendo o direito ao voto. Em
107 relação ao primeiro questionamento, não vimos nenhum óbice jurídico, porque
108 entendemos que na composição das Câmaras Técnicas tem as vagas, e essas
109 vagas têm um titular e dois suplentes; e a função do suplente é substituir o titular
110 nas suas ausências, impedimentos, suspeições. Então, dentro da mesma vaga,
111 aquela vaga conta um voto para aquele segmento. Então, mesmo tendo ocorrido
112 um caso atípico, que foi exatamente no meio da reunião, logo para começar a
113 votação, nós entendemos que essa substituição pode se dar, obviamente, se o
114 suplente ou titular estiver presente na reunião. Então não encontramos nenhum
115 óbice no que chamamos ou pelo menos é chamado de compartilhamento das
116 cadeiras. O que nós entendemos é isso. O compartilhamento é exatamente essa
117 possibilidade de o titular e seus suplentes irem se revezando, poderem se
118 revezar no processo de votação em uma reunião. Lógico que o trâmite normal
119 disso é que o titular, não podendo ir, comunica ao seu suplente, com uma
120 antecedência até regimental. Mas em casos excepcionais, como foi nessa, uma
121 reunião da CTIL em que teve o impedimento de um conselheiro, então ele saiu,
122 e eu não lembro se era o titular ou suplente, ele entrou para fazer a votação
123 daquele item. Esses casos excepcionais acontecem, e não tem como a gente
124 prever todos os casos excepcionais no Regimento. Agora, em relação ao
125 segundo item, que foi o representante que não é indicado poder participar da
126 reunião com direito a voto, esse nós achamos, lendo o Regimento, fazendo uma
127 interpretação do Regimento – que traz todas as regras de composição, inclusive

128 para as Câmaras Técnicas –, ele fala que deve levar em consideração na
129 escolha do representante a capacidade dele de conhecimento da matéria, a
130 atuação dele na área. E o Regimento também traz que, uma vez escolhidas,
131 naquela reunião de segmentos, quais entidades vão ter assento no Conselho e
132 nas suas Câmaras Técnicas, que indiquem, por meio de ofício, quem é o
133 representante. Então se eu tenho necessidade de indicar um representante, se
134 esse representante, inclusive, pelo Regimento, deve ter um conhecimento da
135 matéria que é tratada naquela Câmara Técnica – já que são Câmaras Técnicas
136 especializadas –, e levando em consideração que, inclusive, eu não posso ter
137 um voto por procuração, então nós entendemos que, se o representante não é
138 o indicado, haveria um vício de representação. Então naquele momento, como
139 o Odorico não era o representante indicado pela Fiemg, houve esse vício de
140 representação, que culminou com o controle de legalidade, que foi encaminhado
141 para nós. E analisando a matéria mais detalhadamente nós optamos por solicitar
142 esse controle, fazer esse parecer, e posteriormente foi feito o controle pelo
143 secretário, que a competência é dele, e a matéria agora volta à pauta. Então o
144 motivo de estar voltando à pauta foi esse controle de legalidade que foi feito a
145 posteriori.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Senhores conselheiros,
146 alguma ponderação sobre a nota jurídica e o controle de legalidade feito sobre a
147 reunião passada, antes que eu entre na apresentação sobre o objeto em análise
148 e deliberação?” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu queria deixar registrado
149 que na reunião eu me manifestei. No dia 17 de fevereiro, eu encaminhei um e-
150 mail para o IGAM solicitando essa análise da legalidade. Teve uma resposta
151 jurídica, só que a resposta não foi bem aquilo que eu entendi que foi favorável.
152 Não teve essa análise profunda. Teve que ir para a CTIL, para a CTIL observar
153 o erro que estava acontecendo. Inclusive, no e-mail, eu detalhei o Regimento do
154 Conselho Estadual sobre essa questão, e o Jurídico eu acho que falhou aí,
155 porque desde a primeira vez que eu já tinha encaminhado o e-mail, em fevereiro,
156 já deveria ter feito esse controle antes de ir para a CTIL. Só deixar registrado.”
157 Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Só para complementar para que todos
158 entendam, o fato foi que, na CTPLAN, eu e o Odorico sempre revezamos na
159 titularidade e na suplência, só que nessa última gestão, como houve uma
160 redução de cadeiras, nós fizemos um acordo com outras entidades, e aí eu,
161 como titular, a Copasa suplente e a Cesama como segundo suplente. Como eu
162 não poderia estar presente, eu entrei em contato com a Copasa e, em seguida,
163 com o pessoal da Cesama. Só que, como na hora houve essa vacância da vaga,
164 até o Odorico, na época, se confundiu e acabou assumindo a representação da
165 Fiemg nessa reunião. Então eu agradeço ao Jurídico pelo esclarecimento e em
166 nome da Fiemg até peço desculpas por esse equívoco. Nós sabemos que foi
167 uma reunião de muita discussão, e no calor das discussões houve esse erro. Só
168 para complementar o que a Bruna colocou, e concordando com ela, que já se
169 manifestou. Só para deixar registrado.” Valéria Ferreira Borges/IGAM:
170 “Guilherme, eu posso só complementar a minha fala? Eu queria só falar em
171 relação à fala da Bruna. Realmente, ela se manifestou, e você também. Você,

172 como presidente, eu lembro que solicitou também que fosse feito um parecer do
173 Jurídico para esclarecer de vez essas dúvidas. E o Thiago encaminhou, alguns
174 dias depois daquela reunião, uma consulta ao Jurídico. Só que nós tínhamos
175 entendido que seria uma consulta genérica, uma consulta que valeria para todas
176 as Câmaras Técnicas, para qualquer reunião. Se isso poderia acontecer de uma
177 forma genérica. Foi dessa forma que eu entendi que a consulta viria. Só que
178 quando a consulta veio do Thiago ela veio especificamente sobre a reunião da
179 CTPLAN. E aí a Valéria Magalhães, que é a procuradora-chefe, entendeu que
180 isso seria já o controle de legalidade. E o controle de legalidade não é feito de
181 ofício pela Procuradoria. Então nós devolvemos – se eu não me engano, foi até
182 um despacho – para o Thiago. Eu não lembro, não foi eu quem redigiu, mas,
183 pelo que eu sei, explicando mais ou menos isso, que seria um controle de
184 legalidade, que nós não poderíamos estar fazendo esse controle. Então isso foi
185 devolvido nesse sentido, e depois teve – não sei se foi num curto espaço de
186 tempo – a reunião da CTIL, e isso foi colocado na reunião da CTIL. E aí veio do
187 Hidelbrando, que eu acho que é o secretário executivo da SEMAD, das Câmaras
188 Técnicas do Conselho, solicitando ao Jurídico esse controle. E aí o controle foi
189 feito. Então veio realmente para a Procuradoria, só que naquele momento não
190 respondemos, porque nós não podíamos fazer esse controle de ofício. Só para
191 esclarecer, não foi má vontade de responder, até porque estávamos presentes
192 na reunião, e eu vi a solicitação da Bruna, e você, Guilherme, como presidente,
193 também solicitou. Eu acho que teve até uma outra pessoa também que solicitou.”

194 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Então, senhores, só para alinhar, nós
195 voltamos ao estágio em que estávamos em fevereiro, de discussão do processo,
196 sobre análise do retorno de vista e das propostas tecnicamente colocadas pelos
197 membros da Câmara. Então eu vou efetuar a apresentação, a mesma
198 apresentação até que eu efetuei na reunião de fevereiro, para início das
199 discussões. Podem notar até que eu não mexi nela, consta com a data de
200 fevereiro, que foi a data da nossa discussão. Aqui nós temos a compilação das
201 contribuições recebidas sobre o processo da remodelagem institucional do
202 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas. Ao nível
203 do texto da norma proposta, o conselheiro Procópio, representante do Instituto
204 Guaicuy, no artigo 2º da norma, consta que ‘as Unidades Estratégicas de Gestão
205 (UEGs) serão geridas a partir de diretrizes comuns para o planejamento e a
206 gestão na região hidrográfica de um conjunto uniforme de instrumentos de
207 gestão, em especial critérios regionalizados de outorgas para o uso da água e
208 diretrizes de enquadramento em parceria com os Comitês de Bacia.’ O
209 conselheiro propôs a inclusão da seguinte frase: ‘E em consonância com os
210 Planos Diretores.’ Sobre os anexos, é bom colocar que a proposta apresentada
211 junto à CTPLAN, no início da discussão, a proposta inicial, era a proposta que
212 está constante do nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos, que constam 14
213 Unidades Estratégicas de Gestão. A Fiemg, por meio do conselheiro Deivid
214 Lucas de Oliveira, aqui presente também como conselheiro da CTPLAN, propôs
215 a divisão do Estado em nove UEGs, sendo as seguintes: Alto São Francisco,

216 Baixo São Francisco; Alto Grande, Baixo Grande; Alto Doce, Baixo Doce;
217 Jequitinhonha, Paranaíba e Paraíba do Sul. Em nível ilustrativo, essa seria a
218 nova conformação, sob a divisão atual que nós temos das 36 UPGRHs. Há uma
219 proximidade de cores, mas há uma separação entre o Alto Grande e o Alto São
220 Francisco. Outra proposta recebida foi a conselheiro Guilherme da Silva Oliveira,
221 da Faemg, presidente da CTPLAN, em que a Faemg propôs a divisão do Estado
222 em sete UEGs. Quais seriam? Afluentes do Alto Rio São Francisco, Afluentes do
223 Baixo Rio São Francisco, Afluentes do Rio Grande, Afluentes do Rio Doce,
224 Afluentes dos Rios Mucuri, São Mateus, Jequitinhonha e Pardo; Afluentes do Rio
225 Paranaíba e Afluentes do Rio Paraíba do Sul. E a SEMAD, representada por
226 mim, apresentou uma proposta de divisão em dez Unidades Estratégicas de
227 Gestão, que seriam: Alto São Francisco, Médio São Francisco, Margem
228 Esquerda do São Francisco, Paranaíba; Jequitinhonha, Pardo e Leste; Alto
229 Doce, Baixo Doce, Paraíba do Sul, Alto Rio Grande e Baixo Rio Grande. Seriam
230 essas as dez unidades propostas para implementação de instrumentos de
231 gestão. Só reforçar que neste momento de retorno da discussão, visto a
232 invalidação do processo de votação, nós estamos no retorno de pedido de vista
233 para análise e deliberação das propostas. É claro que ainda há entre essas três
234 propostas a proposta do Plano Estadual. Essas três seriam contrapropostas
235 sobre aquela. Presidente, é isso, só para colocar em discussão.” Presidente
236 Guilherme da Silva Oliveira: “Obrigado, Thiago, algum conselheiro quer se
237 manifestar sobre as propostas?” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Sobre as
238 propostas, eu estive analisando também o relatório onde está a avaliação das
239 propostas que o IGAM fez mais as iniciais que foram encaminhadas. Sobre a
240 proposta da Faemg, de dividir em sete Unidades de Gestão, o próprio IGAM,
241 nessa avaliação, colocou que não tinha embasamento técnico. Então eu acredito
242 que uma proposta sem embasamento técnico, que está lá ‘destaca-se que não
243 foi enviado estudo ou embasamento técnico para a proposta’, não tinha que ser
244 nem analisada. Então eu acho que deveria ser retirada. Sobre a proposta da
245 Fiemg, tem um erro. No documento original, ela não fala ‘Unidades Estratégicas
246 de Gestão’. Fala UPGRH, que são os Comitês de Bacia. O IGAM fez análise em
247 cima. Eu estou com ela aberta aqui, posso até compartilhar. Mas bem claro lá
248 está UPGRHs. E aí é outra também que eu acho que não deveríamos colocar
249 porque contém vícios, erros. Então a minha sugestão é de suspensão das
250 propostas, das duas apresentadas que têm erros, e votarmos apenas as do
251 IGAM e do Plano Estadual, as duas apresentadas pelo próprio IGAM. Eu posso
252 até compartilhar a tela para vocês verem onde que estão os erros. No próprio
253 processo SEI contêm essas informações. Na proposta da Faemg, no item 3, da
254 avaliação, do relatório técnico de avaliação do IGAM, está lá descrito, propôs
255 dividir o Estado em sete Unidades Estratégicas de Gestão, e ‘destaca-se que
256 não foi enviado estudo ou embasamento técnico para as propostas, sendo as
257 seguintes’... Aí o IGAM fez um estudo em cima, mas não mostrou a viabilidade.
258 Na proposta da Fiemg, original, que eles encaminharam, está ‘proposta de
259 estruturação de UPGRHs’. O documento todo não vem falando de Unidades

260 Estratégicas de Gestão, ele já coloca UPGRHs. Ficariam, por exemplo, UPGRH
261 Paranaíba, Baixo Grande e não Unidades Estratégicas de Gestão. Então isso aí
262 é ambíguo. Então o IGAM analisou em cima de Unidades Estratégicas de
263 Gestão, mas a proposta inicial não é de Unidades Estratégicas de Gestão.”
264 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu queria uma orientação, é uma questão
265 de ordem, na verdade. Porque nós acabamos de aprovar uma ata, e a ata que
266 nós aprovamos, inclusive, demonstrou que foi aprovado isso, que aquilo que o
267 Plano Estadual trouxe não é uma proposta, era um estudo, que inclusive se
268 tornou anacrônico, porque está fora do tempo. Isso está aprovado. Então nós
269 estamos começando a discutir coisas que já foram discutidas anteriormente. E a
270 dúvida que eu tenho é se a única coisa que vai acontecer é voltar a fazer a
271 votação das três propostas que foram colocadas. Porque se for abrir para
272 defender proposta, se for para colocar novas propostas, se for para colocar
273 novos estudos, então nós vamos reabrir toda a discussão. Então eu estou
274 querendo saber se o que foi orientado pelos documentos, inclusive, que nós
275 recebemos é que só vamos discutir a votação ou se nós vamos discutir o mérito.”
276 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “O pessoal está avaliando, eu creio. E
277 eu queria só fazer uma ponderação em nível de esclarecimento da situação que
278 a Bruna colocou. Indiferente a Faemg ter não apresentado justificativa técnica
279 sobre a proposta, é importante colocar, e eu gostaria até de reproduzir a tela
280 sobre a questão de proposta, estudo técnico. Eu estou no processo SEI. E
281 indiferente a qualquer entidade, no caso, ter apresentado uma base técnica, o
282 IGAM analisou todas as três propostas sobre a mesma base, relativa a usos
283 estabelecidos e expectativa de arrecadação nessas unidades. Então a mesma
284 base técnica para análise das propostas, seja do IGAM, da Fiemg ou do Plano
285 Estadual, também abarca a da Faemg. Uma outra situação, que aí eu gostaria
286 de colocar, é que essa questão de terminologia sobre UPGRH ou UEG é
287 simplesmente erro material, porque o objeto em discussão é único e não
288 desvirtua do objeto. É importante também destacar que no escopo da minuta de
289 norma – não posso colocar como norma aprovada na reunião anterior – já
290 menciona, por indicação da própria Procuradoria no encaminhamento à CTIL, a
291 revogação do termo UPGRH. E UPGRH não significa, em nenhum momento
292 legal, em nenhum ato legal, Comitê de Bacia. UPGRH é Unidade de
293 Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, é a delimitação de território. Da
294 mesma forma que isso hoje é convertido, na discussão proposta, em UEG. Só
295 para dar uma clareza sobre isso. E até nas análises que o IGAM vem fazendo
296 ao nível do aprimoramento de georreferenciamento, nós temos apurado que
297 algumas divisões de UPGRHs possuem alguns equívocos de delimitação. Não
298 equívoco à época, mas, com o aprimoramento das escalas, de satélites,
299 aprimoramento das bases, nós verificamos que algumas delimitações
300 sobrepujam os cursos d’água que eram até mesmo de outras bacias. E nós
301 estamos nesse trabalho aprimorando, e até essa nova figura de UEG que nós
302 propomos, todas essas que são analisadas, a do Plano, seja da Faemg, Fiemg
303 ou IGAM, já estão sobre uma nova base que já trabalha sobre os divisores de

304 água.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Thiago, você pode responder à
305 questão que o Sylvio colocou também?” Conselheiro Valter Vilela Cunha:
306 “Guilherme, a mesma questão, eu acho que ele pode responder junto. Senhor
307 presidente, eu estou com a mesma dúvida levantada pelo professor Sylvio. Na
308 ata que foi aprovada agora, no item 6, está: ‘Minuta de Deliberação aprovada por
309 unanimidade, com alterações. Registrada abstenção do representante da
310 Universidade Federal de Uberlândia.’ Então agora eu estou meio perdido. O que
311 foi aprovado naquela reunião? Aquela reunião, que teve o problema dessa
312 representação. Qual das minutas que foram aprovadas? Nós vamos começar
313 tudo de novo? Eu acho que o professor Sylvio tem toda a razão. A minha dúvida
314 é essa. Então essa ata que está aqui: ‘Minuta de aprovada por unanimidade.’
315 Tirando esse voto da Fiemg, ainda fica aprovada. Então era essa a minha
316 questão, no mesmo sentido da que foi levantada pelo professor Sylvio.”
317 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Thiago, você pode esclarecer?”
318 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Eu entendo, Valter, que a ata retrata o
319 que ocorreu na reunião. E houve todo o processo de votação. O vício foi
320 constatado ao nível do processo, da votação. A discussão teve todo o mérito
321 colocado, é lícito até alguém colocar algum mérito aqui, mas o vício colocado
322 fora no processo de votação. A ata, na minha opinião – aí eu vou passar para a
323 Thayná esclarecer melhor, que está aqui para fazer essa questão de controle e
324 apoio nessa coordenação das reuniões –, está adequada porque ela retratou o
325 que ocorreu naquele processo. Contudo, ele foi invalidado pela constatação de
326 vício. E aí Thayná eu peço que você complemente para nós, por favor.” Thayná
327 Campos/IGAM: “Pelo controle de legalidade feito pela Procuradoria, foi feito o
328 controle de legalidade na votação, por causa da troca dos conselheiros, no caso.
329 Então eu entendo que realmente – tirando a dúvida do Sylvio – seria na questão
330 da votação mesmo, a ser repetida, que teria que ser repetida. Claro que no caso
331 da ata realmente houve uma votação anterior, e aí nós temos um controle de
332 legalidade que invalidou. Realmente, o Thiago está correto na fala dele, a ata
333 tem que expor exatamente aquilo que aconteceu na reunião, na data. Então
334 naquela data houve uma deliberação. Eu acho que o Valter também está na
335 dúvida, de qual a minuta que foi liberada, se na ata está constando qual minuta
336 foi aprovada?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Qual proposta foi aprovada?”
337 Thayná Campos/IGAM: “Isso aí realmente tem que constar, qual a proposta que
338 foi aprovada. Foram apresentadas as propostas, e tem que constar qual proposta
339 foi aprovada. Porque só a minuta de deliberação sendo aprovada, tem que
340 constar quais as propostas que foram aprovadas pela CTPLAN. Isso tem que
341 constar da ata. Porque alguma proposta foi aprovada. Eu não estava na reunião
342 passada, mas alguma das propostas foi aprovada. Correto.” Presidente
343 Guilherme da Silva Oliveira: “A proposta aprovada foi a proposta com as
344 alterações feitas, baseadas nas discussões dentro da reunião. Thiago, você
345 pode esclarecer isso para nós?” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Nós
346 fizemos na última reunião – é bom alinhar com quem não esteve presente – dois
347 momentos de votação. Primeiramente, um momento sobre a questão do texto.

348 E aí eu posso reproduzir o texto aqui para os senhores, que foi o texto aprovado
349 naquela reunião. E depois nós fizemos uma votação relativa à divisão das UEGs.
350 E no caso, dentre Plano Estadual, Faemg, Fiemg e IGAM, a proposta aprovada
351 foi a da Faemg. Então eu creio, Guilherme – e aí vai como indicação –, que
352 caberia colocar, até porque não foi por unanimidade. Eu acho que todos nós
353 ‘comemos mosca’, no linguajar, a proposta da Faemg não foi aprovada por
354 unanimidade. A proposta aprovada por unanimidade foi a votação do texto, tanto
355 é que eu votei na proposta do IGAM, e a maioria votou na proposta da Faemg.
356 Eu acho que tem que dar essa clareza na ata, eu acho que caberia uma
357 retificação. E neste momento eu posso reproduzir aqui o texto, Valter, que foi o
358 texto trabalhado na última reunião.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O
359 meu entendimento também é esse, a minuta foi aprovada, o controle de
360 legalidade foi pedido em referência aos anexos, foi aonde teve o problema da
361 votação com o Odorico lá, que gerou o problema. Então, o meu entendimento
362 aqui – e eu acho que o Thiago está nesse sentido também – é que não vai se
363 votar a minuta de novo, mesmo com a exclusão do voto do Odorico ela continua
364 favorável. O que a exclusão do voto do Odorico vai ter problema é a questão do
365 anexo, na divisão das unidades. É isso, Thiago?” Conselheiro Thiago Figueiredo
366 Santana: “A Valéria está aí ainda? Valéria, só me esclareça sobre a análise que
367 foi feita. A análise constatou que o conselheiro não era legalmente representante
368 da instituição naquela reunião. Correto?” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Sim.”
369 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Sob a luz dessa constatação, a
370 votação é invalidada, e deve se votar de novo tudo que foi discutido ou somente
371 vota-se aquele item ou tópico em que a votação daquele conselheiro pesou na
372 decisão? Só um esclarecimento.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “No meu ponto
373 de vista, a reunião transcorreu normalmente. Isso nós temos que falar,
374 principalmente em relação à minuta do texto. Teve participação, o debate foi bem
375 amplo, com as sugestões, e não teve nenhum vício, porque o representante da
376 Cesama estava lá nesse momento. O vício foi na votação dos anexos. Quando
377 a gente fala que tem que fazer o controle de legalidade, você está anulando a
378 votação. Lógico que você anula a votação do item, é daquele item de pauta.
379 Principalmente, porque a consulta não foi direcionada. ‘Vou anular só esse tópico
380 ou não?’ Então eu entendo que, quando você pede o controle de legalidade,
381 você está pedindo o controle de legalidade daquele item. Então engloba tudo,
382 infelizmente, apesar de entender que a minuta, o texto foi aprovado por
383 unanimidade. Mas o vício em si, de uma forma mais direta, foi na votação. Então
384 já que a minuta voltou, que o processo, aquele item de pauta voltou, nada impede
385 que tenham as discussões, até porque o momento é este de às vezes verificar
386 um outro erro... Por exemplo, você está olhando e verifica um erro na minuta. O
387 momento agora é este, de corrigir, antes de ir para a CTIL. Só que, se quiser se
388 ater somente à parte da votação, que é onde realmente houve o vício, eu acho
389 que é até mais eficiente, porque a parte do texto foi muito bem discutida, muito
390 bem fechada. Mas, legalmente, quando eu falo que estou fazendo o controle de
391 legalidade e anulando aquela decisão, eu estou voltando com o item.” Presidente

392 Guilherme da Silva Oliveira: “Valéria, uma dúvida aqui. Quando foi votada a
393 minuta, o conselheiro da Cesama ainda estava presente, o voto foi do
394 conselheiro da Cesama. Na votação do anexo é que estava o Odorico.” Valéria
395 Ferreira Borges/IGAM: “Isso.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Aí o erro
396 foi no anexo. Você acha que deve voltar a discussão de toda a minuta
397 novamente?” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “É o que eu estou falando. Se você
398 for pegar, legalmente, quando eu falo que tem o vício, eu estou voltando com o
399 item, eu estou voltando com o item todo para a pauta. Só que o ponto que teve
400 o vício foi a votação. Então nada impede que se faça só a questão da votação,
401 que se repita somente a votação. O que eu estou querendo dizer é que, como o
402 item voltou, se tiver algum ponto no texto em que alguém queira fazer uma
403 consideração, o momento é agora, porque o item voltou. Mas o que foi julgado e
404 que teve o vício foi na votação. Só que, quando a consulta vem para o Jurídico,
405 não vem fragmentada, vem falando que na reunião teve um vício, que teve essa
406 questão da votação, que teve uma representação que foi ilegal e o que se deve
407 fazer. Quando você faz o controle de legalidade, faz como um todo. É isso que
408 eu estou tentando dizer. Mas se for para fazer só da votação, voltar só para
409 votação, eu não vejo problema nenhum.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira:
410 “Está tendo essa dificuldade de entendimento em que ponto nós paramos. Eu
411 acredito que cabe ao coordenador se nós vamos iniciar a discussão do zero ou
412 se já vamos partir para a questão da votação do anexo. Aí tem até que olhar nas
413 questões regimentais, e o Jurídico até já esclareceu alguns pontos. Mas na
414 questão das três propostas eu gostaria de colocar em relação à proposta da
415 Fiemg o que o Thiago até já colocou, sobre o posicionamento da Bruna, a
416 manifestação da Bruna em relação a ser Unidade de Planejamento ou Unidade
417 de Gestão, que é um erro só material. Mas em virtude até da discussão da última
418 reunião, como representantes da Fiemg, nós estamos retirando a proposta. Na
419 verdade, agora eu estou retirando a proposta da Fiem, então vamos manter só
420 a proposta da Faemg e a do IGAM.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu estou
421 sentindo que essas movimentações estão ficando um pouco confusas. Eu li o
422 texto do parecer jurídico que foi enviado e solicitaria se é possível a Secretaria
423 colocar o texto do parecer jurídico na tela agora.” Conselheiro Thiago Figueiredo
424 Santana: “Está no chat esse texto da decisão, a Secretaria Executiva acabou de
425 colocar no chat.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Não aparece aqui todo
426 o texto e, principalmente, a parte onde está a justificativa.” Conselheiro Thiago
427 Figueiredo Santana: “A conclusão da análise ficou como? A decisão proferida:
428 ‘Decido, no controle de legalidade, anular a decisão proferida pela
429 CTPLAN/CERH-MG quanto ao julgamento do item ‘Minuta de Deliberação
430 CERH sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema Estadual de
431 Gerenciamento de Recursos Hídricos’. Ou seja, o controle de legalidade anulou
432 a votação do item como um todo.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu
433 vou ler o controle de legalidade todo então. Pode ser?” Conselheiro Sylvio Luiz
434 Andreozzi: “Para mim não há necessidade de ler, porque eu já li. O que eu queria
435 mostrar era exatamente aquilo que está nas últimas linhas, que é da

436 fundamentação, que já entendemos, e da conclusão, 'que aprovou a referida
437 com vício de representação, para o fim de que outra decisão seja tomada em
438 seu lugar'.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então eu vou ler o decidido
439 aqui, só para ficar registrado: ‘No controle de legalidade, anular a decisão
440 proferida pela CTPLAN/CERH-MG quanto ao julgamento do item 6.1 ‘Minuta de
441 Deliberação Normativa CERH sobre a Modelagem Institucional Ótima para o
442 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais,
443 em sua 45ª reunião, ordinária, que aprovou a referida minuta com vício de
444 representação, para o fim de que outra decisão possa ser tomada em seu lugar,
445 com superação das matérias.’ Então está lido. Quer concluir, Sylvio?”
446 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Não, para mim está claro.” Conselheiro
447 Thiago Figueiredo Santana: “Só para a gente poder até ganhar em qualidade
448 nessa discussão, após a decisão, toda discussão e votação, foi elaborado um
449 documento no processo SEI e enviado à Procuradoria do IGAM para uma análise
450 jurídica para as adequações na minuta aprovada, para análise da CTIL. O que
451 eu sugiro, visto que nós teremos que votar todos os documentos, é nós
452 analisarmos a votação à luz daquela minuta já adequada à luz da análise da
453 Procuradoria do IGAM. Eu coloco isso à Câmara para a gente otimizar as
454 discussões aqui.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Sobre a minuta, eu quero
455 fazer um destaque no artigo 2. Se for para votação, eu quero deixar registrado.”
456 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ok, Bruna.” Conselheiro Valter Vilela
457 Cunha: “É uma sugestão, senhor presidente. Eu acho que tudo já foi discutido
458 naquela reunião de fevereiro, já foi muito discutido, teve debates quentes. Talvez
459 seja mais prudente que seja colocado em discussão, em votação o referendo
460 daquilo que foi aprovado no mês de fevereiro. Então colocar: foi aprovada aquela
461 minuta com aquela regionalização feita pela Faemg. Coloca isso em votação. Se
462 passar, bem. Se não passar, volta para a discussão de outros itens. Porque se
463 não nós vamos voltar aqui a discussão toda de novo. Eu acho que não tem
464 sentido. Então, claramente, seria colocar em referendo aquilo que foi votado em
465 fevereiro. Concordamos ou não com aquela votação?” Thayná Campos/IGAM:
466 “Só para confirmar que tem que fazer a votação do item todo. Só para deixar isso
467 confirmado.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu quero manifestar meu apoio
468 à opção oferecida pelo Valter. Eu não estou disposto a discutir item por item
469 novamente. Nós tivemos uma discussão muito grande, inclusive, com ampla
470 discordância em vários aspectos com a minha posição. E deixei claro isso na
471 votação, que eu não considerava essa opção. Mas voltar a discutir tudo isso para
472 mim é tempo perdido. Se for abrir para discutir tudo isso, nós vamos discutir todo
473 o caminho aqui novamente.” Conselheiro Renato Junio Constâncio: “Eu apoio o
474 pedido do Valter e do professor. Discussão novamente não seria saudável agora,
475 iria complicar mais ainda.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu peço um
476 minuto só para entendimento aqui com a Secretaria.” Conselheiro Thiago
477 Figueiredo Santana: “Só corroborar as manifestações já colocadas. Eu corroboro
478 a manifestação colocada pelo Valter, o Sylvio e o Renato que em primeiro
479 momento a gente coloca em discussão o referendo da decisão da reunião de

480 fevereiro. Se pela maioria não for a gente abriria a discussão do processo
481 novamente na reunião. Mas eu acho que é mais saudável, até em respeito a
482 algumas decisões anteriormente tomadas, sendo que o vício não foi um
483 problema no processo de votação, como está no texto.” Conselheiro José
484 Hermano Oliveira Franco: “Na verdade, eu queria só manifestar apoio aqui. Eu
485 estou tentando entender a coisa como um todo, porque não participei da última
486 reunião. Mas até agora o que fez mais sentido para mim foi essa proposta do
487 próprio Sylvio. Eu partilhei a posição dele e só queria manifestar esse apoio
488 também.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Antes, como a Bruna fez um
489 destaque, eu gostaria de saber se a Bruna abre mão do destaque dela para
490 atender à proposta do Sylvio que foi feita ou ela mantém o destaque dela no
491 artigo 2º. E aí, se ela mantiver, já fazer a proposta dela para o artigo 2º. Bruna
492 com a palavra. Bruna, Prefeitura de Araçuaí, com a palavra.” Conselheira Bruna
493 de Souza Otoni: “Guilherme, eu acho que tem que voltar à questão do problema,
494 o problema foi a votação. Então nós temos que voltar a essa questão das
495 Unidades Estratégicas de Gestão e das propostas. Aí depois, por exemplo, da
496 minuta, vai ter que voltar toda, porque anula a decisão toda. E a minuta já está
497 pronta. Eu queria só fazer um destaque, e a gente poderia votar esse destaque.”
498 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Porque depois que for aprovado não
499 tem como fazer o destaque mais.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu falo
500 do anexo e depois o destaque. Ou então o destaque primeiro e depois o anexo.”
501 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Porque o seu destaque é na minuta,
502 não é?” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Isso, na minuta. E no anexo. Eu
503 acho que nós poderíamos fazer o seguinte: nós vamos ter que voltar tudo. Volta
504 à minuta, eu só vou inserir um destaque, e aí a gente vota o anexo.” Presidente
505 Guilherme da Silva Oliveira: “Thiago, você tem alguma sugestão aí?”
506 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Pelos manifestações aqui, as pessoas
507 colocaram, a maioria aqui – não querendo fazer análise de mérito individual –,
508 que se primeiro colocasse em votação se pelos conselheiros da Câmara se
509 referendaria a decisão da reunião anterior, da forma que foi decidido. Caso pela
510 maioria não se entenda dessa forma, aí, sim, abriria a norma e anexos para
511 discussão. Eu acho que isso é o mais saudável, e foi colocado por uma boa
512 quantidade de pessoas aqui.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ok. Então
513 nós vamos partir para votação.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Só para ficar
514 claro que quem apresentou a sugestão foi o Valter. A sugestão de manutenção
515 é do Valter. Eu apoiei a manifestação dele.” Presidente Guilherme da Silva
516 Oliveira: “Sylvio, eu vou pedir para você repetir, que eu estava em conversa aqui
517 e não peguei o finalzinho.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Só porque eu
518 acho que temos que deixar claro. Eu apoiei a proposta apresentada pelo Valter,
519 porque você se referiu que era a minha proposta de manutenção. Na verdade, a
520 proposta foi do Valter, eu apoiei, e depois houve apoio de alguns outros
521 conselheiros.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ok, crédito dado ao
522 Valter.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Guilherme, eu acho que nós
523 estamos insistindo no erro. A decisão do Jurídico já diz que é anular a minuta

524 toda, então minuta e seus anexos. Nós vamos insistir no erro novamente?”
525 Valéria Ferreira Borges/IGAM: “O controle de legalidade é em relação ao item de
526 pauta. O que foi objeto de controle de legalidade foi um vício de representação,
527 ele anula a votação como um todo. Por isso que o item está voltando. Ele não
528 anula a minuta. Em nenhum momento nós entramos no mérito da minuta ou
529 analisamos a minuta para falar que tinha um vício na minuta. Então a minuta está
530 ok. A minuta que foi aprovada naquela reunião está ok. O processo de votação
531 é que teve um vício de representação. E aí o controle de legalidade é para o item
532 da pauta, então o item voltou por causa desse vício. Mas em relação à minuta
533 nós não apresentamos nenhuma nulidade.” Conselheiro Thiago Figueiredo
534 Santana: “Só para reforçar isso que a Valéria informou. A análise foi do processo
535 de votação. E aí dá segurança para todos, como eu já informei anteriormente.
536 Posteriormente, a minuta aprovada foi analisada pela Procuradoria, e a
537 Procuradoria somente pediu adequações textuais do processo. Então a minuta
538 não foi anulada, e não há vício de legalidade. Colocar essa tranquilidade para
539 todos.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então o encaminhamento da
540 votação vai ser... Vejam se estou certo, Sylvio, Valter, que fizeram a proposta, e
541 Thiago. A proposta é o seguinte: votação, nós vamos referendar a votação feita
542 na reunião passada, em que a proposta da Faemg foi aprovada. Se sim ou se
543 não. É isso?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Isso mesmo.” Conselheira Bruna
544 de Souza Otoni: “Guilherme, então no caso vocês vão colocar só a proposta se
545 referenda a proposta da Faemg ou não, sem discutir as outras propostas.”
546 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Sim.” Conselheiro Frederico Arthur
547 Souza Leite: “Eu só queria esclarecer se haverá a possibilidade de analisarmos
548 as outras propostas. Nós vamos votar a questão da proposta da Faemg e aí só
549 se ela não for aprovada que vamos abrir para votação das outras? Ou não devo
550 mais considerar a proposta da SEMAD?” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
551 “No meu entendimento, se referendarmos a votação da reunião passada, está
552 aprovada. Aí não volta a discussão.” Conselheiro Frederico Arthur Souza Leite:
553 “Ok, entendi.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Todos de acordo?”
554 Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Todos de acordo. Vamos votar.” Presidente
555 Guilherme da Silva Oliveira: “Ok. Então em votação.” Conselheira Bruna de
556 Souza Otoni: “Guilherme, eu não estou de acordo.” Conselheiro Thiago
557 Figueiredo Santana: “Vai no voto, então, gente. Vai no voto.” Presidente
558 Guilherme da Silva Oliveira: “Então eu vou fazer duas votações. Uma, quem está
559 de acordo com essa proposta do Valter. A proposta do Valter é a seguinte:
560 referendar a votação que foi aprovada na última reunião, com a minuta discutida
561 em reunião e a proposta do anexo da Faemg. Essa é a proposta.” Valéria
562 Ferreira Borges/IGAM: “Só para evitar confusão futura, tira a palavra ‘referendar’.
563 Porque se você colocar que está referendando a decisão, pode ser que algumas
564 pessoas estão entendendo que vai referendar com aquele vício. Porque
565 referendar é você manter. Então, tipo assim, coloca: quem concorda que a
566 minuta – tanto o texto quanto o anexo –, que foi aprovada pela maioria,
567 permaneça. Essa palavra ‘referendar’ pode estar dando esse sentido, sabe?”

568 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Você pode sugerir um texto, com o
569 juridiquês.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Um encaminhamento? Seria mais no
570 sentido de os conselheiros, quem concorda em manter o texto que foi aprovado
571 na reunião passada, bem como a decisão pelo anexo da Faemg. Quem mantém
572 essas propostas como aprovadas.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O
573 texto: quem mantém as propostas como aprovadas na reunião anterior. Então
574 vamos para votação. Thiago, SEMAD.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana:
575 “Favorável.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Arnaldo, Sede.”
576 Conselheiro Arnaldo Correia da Silva Filho: “Concordo em manter o texto.
577 Favorável.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ivonce, Secretaria de
578 Estado de Educação. Então eu vou pular a Ivonce aqui, e depois a gente volta.
579 Bruna, Prefeitura de Araçuaí.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Contra.”
580 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Justificativa, Bruna.” Conselheira Bruna
581 de Souza Otoni: “Eu não sou a favor da proposta da Faemg, do anexo da
582 proposta. Porque está votando tudo: a minuta e o anexo.” Presidente Guilherme
583 da Silva Oliveira: “Prefeitura de Itabirito, Frederico.” Conselheiro Frederico Arthur
584 Souza Leite: “Eu sou contra pelas mesmas razões da Prefeitura de Araçuaí.”
585 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Antônio Carlos, Prefeitura de Rio
586 Pomba.” Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “A favor por entender que já foi
587 discutido amplamente na última reunião.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
588 “Renato, Cemig.” Conselheiro Renato Junio Constâncio: “A favor por entender
589 que já foi discutido na reunião.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Fiemg,
590 Deivid.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Favorável.” Presidente Guilherme
591 da Silva Oliveira: “Guilherme, Faemg, favorável. Sylvio, UFU.” Conselheiro Sylvio
592 Luiz Andreozzi: “Favorável.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Valter,
593 Abes.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável.” Presidente Guilherme da
594 Silva Oliveira: “José Hermano, Mover.” Conselheiro José Hermano Oliveira
595 Franco: “Favorável.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ivonce se
596 manifestou no chat: favorável. Então foi deferido por dez votos a favor e dois
597 contrários. Então aprovada a manutenção do texto e anexo, conforme a proposta
598 da Faemg decidida na 45ª reunião, ordinária, da Câmara Técnica de Planos do
599 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, quanto ao item 6.1. Ok? Próximo item
600 de pauta, item 5. 5.1, apresentação do relatório do Grupo de Trabalho Áreas de
601 Restrição de Uso de Recursos Hídricos instituído através da Deliberação
602 CTPLAN/CERH nº 1/2018, de 20 de abril de 2018. Apresentação: Sylvio Luiz
603 Andreozzi, coordenador do Grupo de Trabalho. Com a palavra Sylvio.”
604 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Só um minuto, Sylvio, questão de
605 ordem. Guilherme, você havia colocado em primeiro momento se votaria, da
606 forma proposta pelo Valter, para manutenção ou não dos itens aprovados na
607 reunião anterior, e ficou subentendido que haveria uma votação do item. Ou eu
608 estou equivocado?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Não, não.” Presidente
609 Guilherme da Silva Oliveira: “Não, já foi a votação direta. Foi a votação como
610 estava no...” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Então ok. Só porque para
611 mim ficou meio subjetivo. Então...” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Mais

612 alguém entendeu da forma do Thiago? Porque, dependendo... Desculpa aí,
613 Sylvio. Mas se mais alguém entendeu da forma do Thiago a gente refaz a
614 votação. Mais alguma manifestação? Ficou entendido como o Thiago?” Thayná
615 Campos/IGAM: “Eu entendi dessa forma também, que você ia fazer uma votação
616 para saber se eram maioria as pessoas que concordavam com a proposta do
617 Valter e depois votaria a minuta.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Mais
618 alguém entendeu como o Thiago e a Thayná?” Conselheiro Ivonice Maria da
619 Rocha: “Concordo em manter a votação, manter o texto como está.” Conselheiro
620 Valter Vilela Cunha: “Guilherme, eu acho que ficou claro aquilo que foi colocado
621 pela Valéria, ela até leu o texto lá. Era para votar aquilo que tinha sido votado na
622 reunião passada, aquela minuta mais o anexo proposto pela Faemg.” Presidente
623 Guilherme da Silva Oliveira: “Valter, eu também entendi assim, mas, para evitar,
624 discussão nenhuma, eu estou querendo deixar bem claro para essa proposta
625 não voltar a esta Câmara mais uma vez. Então só para ficar claro, registrado
626 aqui na reunião, todo mundo entendeu que a proposta da Faemg com a minuta
627 foi aprovada. Ou alguém entendeu que a gente fez uma votação para votar a
628 proposta?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Eu entendi aprovado.” Presidente
629 Guilherme da Silva Oliveira: “Ok? Alguém que entendeu diferente se manifeste.”
630 Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu acho que os conselheiros têm que ter
631 paciência com quem questiona também. Alguns respiram fundo, eu acho que
632 tem que ter paciência, cabe a nós termos o direito de manifestação. Eu falo o
633 seguinte, vamos retornar novamente: houve o vício na votação, não foram
634 colocadas as propostas da última votação, só referendou a questão da Faemg.
635 Entendeu? A meu ver – eu vou procurar saber também –, deveria ter voltado à
636 votação das propostas. Que eram as propostas Faemg, Fiemg e IGAM.”
637 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Não é esse o objeto que eu coloquei.
638 Mas tudo bem, Guilherme, eu queria a palavra para explicar o que você colocou
639 em votação. Porque isso está sanado, eu acho que é só um entendimento que
640 a Bruna está tendo de forma equivocada aqui. A Procuradoria já sanou. O que
641 eu coloquei foi: você colocaria em votação, pelo que eu entendi, se a gente
642 encaminharia para uma votação pela manutenção da decisão, do que foi
643 colocado em decisão, do documento, dos atos decididos na reunião passada ou
644 não. E depois votaria sobre isso, o referendo ou manutenção, o termo jurídico
645 adequado. Foi isso que eu entendi. Mas, se está claro para todos que aquela
646 votação é a manutenção da deliberação e do anexo, ok. Eu só não vou voltar a
647 isso que a Bruna está colocando porque já é ponto pacífico com os demais e a
648 Procuradoria, e ficou o esclarecimento necessário.” Presidente Guilherme da
649 Silva Oliveira: “Eu vou ler. Na hora até a Valéria ajudou no texto, que eu entendi
650 que mudou tudo. E antes de eu falar a minha proposta inicial era fazer isso que
651 você falou, mas aí todo mundo concordou, e eu perguntei: ‘Então já vamos partir
652 para a votação direta?’ E foi entendido assim. Então a gente já partiu direto para
653 votação. Esse foi o meu entendimento e que eu acho que a maioria entendeu
654 também.” Thayná Campos/IGAM: “Porque a Bruna se manifestou contra.”
655 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Mas ela se manifestou contra a

656 proposta.” Thayná Campos/IGAM: “Não, ela tinha se manifestado contra a
657 proposta do Valter. Aí você tinha falado que ia fazer duas votações: uma votação
658 para saber se era a maioria das pessoas que votariam na manutenção ou se era
659 para depois encaminhar a votação.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
660 “Então eu vou fazer o seguinte: então eu vou considerar a primeira votação como
661 se todo mundo concorda com a proposta. Para não ter problema, para isso não
662 voltar aqui de novo, eu vou fazer assim. A primeira vai ser considerada como a
663 decisão dos conselheiros, como é o entendimento de que se deveria fazer a
664 votação direta, com a proposta da minuta que foi objeto do controle de
665 legalidade, por causa da votação. Então todos os conselheiros concordaram,
666 com dois votos contra.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Guilherme, que me
667 desculpe o Thiago, que apresentou a dúvida, que me desculpe a Bruna, mas,
668 quando foi colocado em votação, inclusive depois da interferência feita pela
669 Valéria, ficou muito claro que só haveria um outro processo de votação caso
670 essa proposta apresentada pelo Valter não fosse aprovada.” Presidente
671 Guilherme da Silva Oliveira: “Esse foi o meu entendimento também.” Conselheiro
672 Sylvio Luiz Andreozzi: “Mas está escrito lá. No processo de votação, se vocês
673 observarem, estava escrito: manutenção da votação da minuta e do anexo. Está
674 escrito lá.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A Ludmila vai projetar aqui.
675 Eu concordo com você, Sylvio, esse foi o meu entendimento também.”
676 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Aí fica difícil. Está com dúvida no processo
677 que vai ser votado, interrompe antes de o processo eleitoral acontecer.” Thayná
678 Campos/IGAM: “Se ninguém se manifestou no momento, agora está ok, está
679 votado.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então eu também entendo. A
680 Ludmila vai projetar só para ver como que foi colocado o processo de votação.
681 Item 4, proposta do Valter: minuta discutida na reunião de 14/2 e a proposta do
682 anexo da Faemg. Então foi discutido. A proposta do Valter era justamente isso,
683 já colocar direto em votação. A minha dúvida no início era se eu colocava se todo
684 mundo concordava com isso ou não. Aí o pessoal falou assim: ‘Já pode a
685 proposta do Valter.’ E foi o que eu coloquei em votação, que já era a minuta com
686 o anexo. Então eu vou deixar isso como caso já votado. Parece que tem dois
687 manifestantes.” Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “Eu queria colocar que,
688 por exemplo, eu não participei da última reunião, então toda essa confusão aqui
689 depois ficou muito claro para mim que nós queríamos aprovar o que já tinha sido
690 votado, pelo fato de uma pessoa ter participado incorretamente da votação. Aí
691 houve o julgamento, e simplesmente ficou tudo claro. Era para aprovar o que foi
692 votado ou não? Tanto que a minha justificativa foi assim: ‘Aprovo, porque já foi
693 amplamente discutido pela Câmara’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
694 “Ok, Antônio, meu entendimento foi esse também.” Conselheiro Thiago
695 Figueiredo Santana: “Se esse é o entendimento comum, então ponto conclusivo,
696 aprovado.” Thayná Campos/IGAM: “Conforme consta na ata de aprovação, se
697 ninguém se manifestou no momento contra, então está ok, foi aprovado.”
698 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então todas as dúvidas foram dirimidas,
699 votação validada.” **5) APRESENTAÇÃO. 5.1) Apresentação do Relatório do**

700 **Grupo de trabalho “Áreas de restrição de uso de recursos hídricos”,**
701 **instituído através da Deliberação CTPLAN CERH-MG 01/2018, de 20 de abril**
702 **de 2018. Apresentação: Sylvio Luiz Andreozzi, coordenador do Grupo de**
703 **Trabalho.** Em atendimento à solicitação do Grupo de Trabalho ‘Áreas de
704 Restrição de Uso de Recursos Hídricos’, que pediu a prorrogação do prazo do
705 GT para conclusão e apresentação do relatório final consolidado, a Câmara
706 Técnica de Planos deliberou por unanimidade a criação de um novo Grupo
707 Trabalho para conclusão do ‘Relatório Final das Áreas de Prioritárias’, composto
708 pelas mesmas entidades do GT anterior, com prazo de 90 (noventa) dias, a
709 contar da data da realização de sua primeira reunião. Votos favoráveis: SEMAD,
710 Sede, SEE, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio
711 Pomba, Cemig, Fiemg, Faemg, UFU e Abes. Ausência: Mover. Agradecimentos.
712 Sylvio Luiz Andreozzi, coordenador do Grupo de Trabalho: “Eu queria fazer um
713 agradecimento, está no relatório. Eu vou ler alguns nomes aqui, e me desculpem
714 se esquecer algum nome. O Elbert participou, Renato Constâncio, Paulo
715 Guimarães, Guilherme, Deivid, Odorico, Gustavo Malacco, Carolina Martini, José
716 Hermano, Gustavo Gazzinelli, Cláudio Cançado, Alírio Mendes, Edson Vieira,
717 Adriana, Isadora Tavares, Cecília, Brício, Paulo, Luciana. Eu queria também
718 agradecer a Maria de Lourdes, que foi um apoio fundamental nas nossas
719 reuniões; o Bahia, do IGAM, que também colaborou muito, trazendo toda uma
720 memória de coisas que já haviam sido discutidas no IGAM. E uma menção aqui
721 emotiva à Maricene, que colaborou muito com a questão da geologia e das áreas
722 de recarga. E eu peço desculpas se esqueci o nome de alguém, porque muita
723 gente realmente colaborou. Nós tivemos um ambiente que, mesmo com muita
724 discussão, muitas opiniões diversas, foi sempre um ambiente muito harmonioso
725 de trabalho. E apesar de parecer pequeno aquele resultado eu posso dizer para
726 vocês que cada um desses conceitos levou pelo menos uma reunião para se
727 consolidar. Porque às vezes uma vírgula, uma palavra que entra, uma palavra
728 que sai, inclusive, no entendimento técnico, acabavam por alterar aquilo que se
729 propunha na proposta que deve vir, que seria das diretrizes normativas.”
730 Conselheiro Renato Junio Constâncio: “Muito bem lembrada pelo professor
731 Sylvio a Maricene. E o professor Sylvio falou o nome de todo mundo e não falou
732 o próprio nome, o nome dele, que foi excelente na liderança. Foi muito bem
733 escolhida a liderança do professor para o GT. A paciência e a liderança dele
734 foram destaques. É isso.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A condução
735 realmente foi muito boa.” **6) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz
736 Andreozzi: “Na verdade, sobre o item anterior, eu queria agradecer o apoio e a
737 confiança da Câmara Técnica de Planos e avisar a todos aqueles que eu elogiei
738 que vou contar com eles novamente agora. Eu vou entrar em contato com todas
739 essas pessoas para que, se possível, voltem ao âmbito do Grupo de Trabalho,
740 até porque muitas dessas pessoas foram voluntárias, elas se voluntariaram a
741 trabalhar conosco e muito contribuíram. Então eu continuo contando com o apoio
742 da Secretaria Executiva, da SEMAD, que sempre esteve conosco, e da Lourdes,
743 especificamente, que tem carregado o piano.” Presidente Guilherme da Silva

744 Oliveira: “Muito bem lembrado, a Lourdes carregou um piano, e a Maricene vai
745 fazer muita falta nesse Grupo. Na parte de águas subterrâneas, ela era
746 fundamental para o nosso Grupo. Um pedido aqui da equipe para os
747 conselheiros que puderem divulgar o canal de reuniões do COPAM: ‘Reuniões
748 do COPAM e CERH’. Se puderem, acessar, se inscrever e divulgar para maior
749 visibilidade do Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais.” Conselheiro Thiago
750 Figueiredo Santana: “Pedir para todo mundo se inscrever, dar o joinha e pedir
751 notificações, que toda vez que tiver uma reunião transmitida pelo canal vai
752 chegar um e-mail notificando com antecedência da abertura da reunião, para
753 poder se planejar para participar.” **7) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros
754 assuntos a serem tratados, o presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou
755 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

756

757

APROVAÇÃO DA ATA

758

759

760

761

762

763

Guilherme da Silva Oliveira
Presidente da Câmara Técnica de Planos
(Aprovada na 47ª RE CTPlan de 19/08/2020)